economia

RS se consolida como a 5ª economia entre os estados

Dados regionalizados apontam Estado com alta superior à média do País

/ CONJUNTURA

Ana Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Apesar de ter ficado conhecido como o ano da grande tragédia climática ocasionada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, 2024 foi positivo para a economia gaúcha. Afinal, o Estado avançou 4,6%, resultado superior à média nacional, de 3,4%, sob impulso da agropecuária e do comércio. Entretanto, mesmo assim, não foi possível avançar no ranking de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, mantendo sua posição como quinta maior economia do País.

As informações são do Sistema de Contas Regionais (SCR) 2024, elaborado pelo IBGE em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as secretarias estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Na avaliação do pesquisador do Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS), Martinho Lazzari, o resultado reflete, principalmente, a recuperação da atividade agrícola em relação a 2023, quando o Estado também havia enfrentado problemas climáticos, mas relacionados à estiagem, que afetou a produção no auge da safra de verão, que inclui um dos principais produtos agropecuários gaúchos: a soja. Em 2024, foi diferente, afinal, embora as enchentes tenham provocado perdas, boa parte da produção já havia sido colhida, o que limitou os prejuízos sobre o resultado anual do setor.

"A agropecuária cresceu 26%, então ela puxou o restante da economia, o PIB", explica Lazzari. O desempenho também contribuiu para diferenciar o Rio Grande do Sul de Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que registraram retração econômica em 2024 em razão de condições climáticas desfavoráveis às suas principais culturas agrícolas, como soja, algodão e milho. Essas foram, inclusive, as duas únicas unidades da federação que tiveram uma queda no PIB na comparação interanual.

Na indústria, os efeitos das enchentes foram mais evidentes. A indústria de transformação apresentou queda de 1,1% no ano, pressionada principalmente pela forte redução da atividade em maio, mês seguinte às enchentes daquele ano. Apesar da recuperação da produção nos meses seguintes, a retomada não foi suficiente para compensar integralmente as perdas registradas durante o período mais crítico das inundações.

A construção civil e o comércio, entretanto, tiveram desempenho positivo. No primeiro caso, as obras de reconstrução de estradas, residências e unidades industriais contribuíram para estimular a atividade. Já o comércio apresentou maior expansão, com crescimento de 6,9%, bem acima da média brasileira. Segundo Lazzari, a circulação de recursos destinados à população atingida pelas enchentes ajudou a sustentar o consumo.

As transferências realizadas pelos governos federal e estadual às famílias atingidas, na avaliação do especialista, contribuíram para direcionar parte dos valores à reposição de bens perdidos e à aquisição de produtos. O movimento também envolveu pessoas que utilizaram recursos próprios para recompor seus patrimônios.

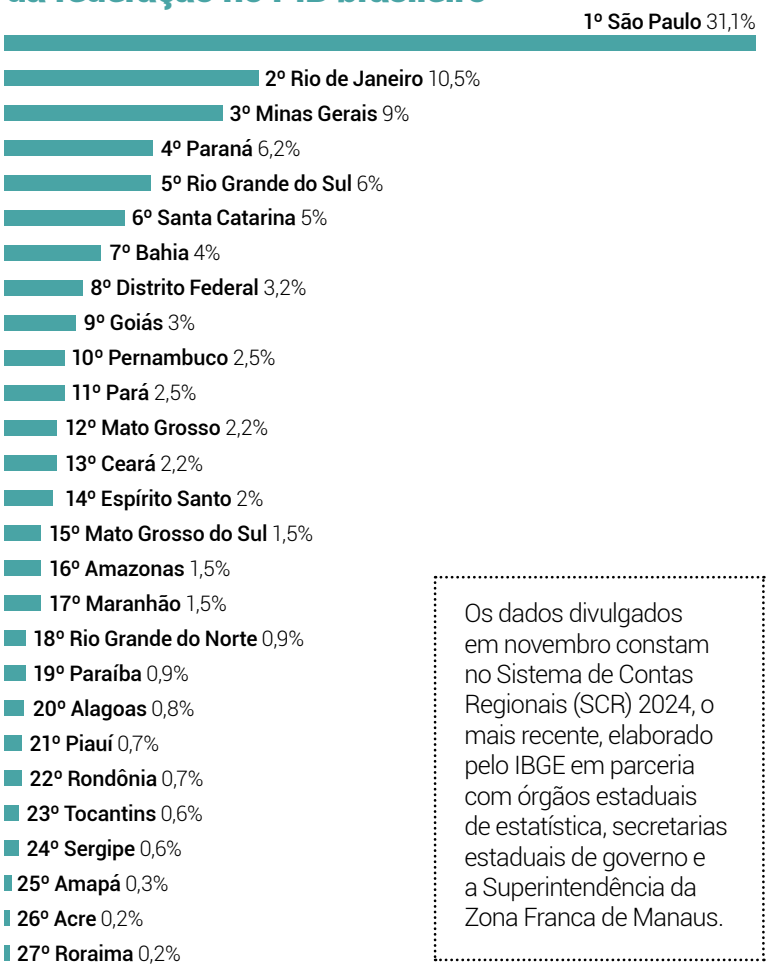
O reflexo foi percebido ao longo dos meses seguintes às enchentes. Conforme o pesquisador, as vendas do comércio permaneceram em patamar superior ao registrado antes de maio de 2024, indicando a continuidade do estímulo ao consumo durante o restante do ano.

A melhora no cenário econômico em relação a 2023 foi evidente. Mas não significou um avanço capaz de fazer o Rio Grande do Sul desbancar o Paraná e assumir a posição de quarta economia brasileira. Em 2024, o Estado ampliou timidamente sua participação no PIB brasileiro, elevando sua fatia de 5,9% para 6%. Com isso, se manteve como a quinta unidade da federação que mais contribui com a economia nacional.

Embora o RS tenha tido um desempenho melhor na análise interanual, o mesmo ocorreu em 25 das 27 unidades da federação. Em 2024, os maiores crescimentos, entretanto, ficaram concentrados principalmente em Estados das regiões Norte e Nordeste, que ocupam fatias menores do PIB, como Paraíba, Amapá, Rio Grande do Norte, Amazonas, Ceará e Pernambuco. Nesse sentido, Lazzari pondera que é necessário considerar as diferenças entre as estruturas econômicas regionais. Estados com menor renda e bases produtivas menos consolidadas tendem a apresentar taxas de crescimento mais elevadas, enquanto unidades do Centro-Oeste têm registrado avanços importantes nas últimas décadas, impulsionadas pela expansão da produção agrícola.

Para avaliar a posição gaúcha, o especialista considera mais adequada a comparação com economias de maior industrialização e renda per capita, especialmente as das regiões Sul e Sudeste. Nesse recorte, o RS apresentou o segundo melhor resultado, atrás apenas de Santa Catarina, que cresceu 5,3%.

Ranking da participação das unidades da federação no PIB brasileiro



Os dados divulgados em novembro constam no Sistema de Contas Regionais (SCR) 2024, o mais recente, elaborado pelo IBGE em parceria com órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus.

